

## Planova Planejamento e Construções S/A.

CNPJ 47.383.971/0001-21

### Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2018 - (valores em milhares de reais)				Demonstrações do Resultado - (valores em milhares de reais)					
	2018	2017		2018	2017		2018	2017	
<b>Ativo</b>			<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>			<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>16</b>	<b>401.299</b>	<b>486.538</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>142.266</b>	<b>209.792</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>65.315</b>	<b>107.115</b>	(-) Custos dos serviços Prestados		<b>(385.823)</b>	<b>(334.427)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	12.416	Fornecedores	11	12.380	<b>Lucro Bruto</b>		<b>15.476</b>	<b>152.111</b>
Clientes	6	8.499	Empréstimos e financiamentos	12	19.113	<b>Receitas/(Despesas) Operacionais:</b>			
Conta Corrente Consórcio	23.541	16.374	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.407	7.043	Despesas Administrativas	(29.967)	(25.901)	
Imposto e Contribuições a Recuperar	1.450	2.930	Obrigações Tributárias	1.747	15.698	Outras Receitas/Despesas Operacionais	(4.247)	(78.291)	
Partes Relacionadas	8	42.293	Parcelamento Tributário	13	8.186	<b>Resultado Operacional</b>		<b>(18.738)</b>	<b>47.919</b>
Outros Créditos	52.545	53.465	Conta corrente Consórcio	8.699	1.736	Receitas Financeiras	(4.531)	4.760	
Despesas Antecipadas	1.522	1.674	Partes relacionadas	8	-	Despesas Financeiras	-	(28.628)	
<b>Ativo Não Circulante</b>			Adiantamento de clientes	624	43.040	<b>Resultado Financeiro</b>		<b>(4.531)</b>	<b>(23.868)</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>102.168</b>	<b>71.302</b>	Outras Obrigações	9.159	4.987	Resultado de equivalência Patrimonial	3.097	(371)	
Clientes	6	25.444	<b>Passivo Não Circulante</b>			<b>Lucro/(Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e</b>			
Partes Relacionadas	8	48.764	<b>Exigível a Longo Prazo</b>	<b>95.386</b>	<b>72.374</b>	<b>Contribuição Social</b>	<b>(20.172)</b>	<b>23.680</b>	
Outros Créditos	6.555	6.138	Empréstimos e financiamentos	12	7.393	Contribuição Social	(123)	(3.968)	
Adiantamentos para Futuro aumento de capital	9	2.400	Partes relacionadas	8	23.033	Imposto de Renda PJ	(211)	(9.994)	
Depósitos Judiciais	1.152	1.041	Provisões trabalhistas	14	1.749	IR/CSL Diferidos	6.887	(9.478)	
Tributos Diferidos	17.853	12.042	Provisões perda Investimentos	13	57.492	<b>Lucro/Prejuízo do Exercício</b>	<b>(13.619)</b>	<b>240</b>	
<b>Investimentos</b>	<b>9</b>	<b>75.498</b>	Parcelamentos Tributário	13	57.492	Lucro por ação	(0,29)	0,01	
Controladas e Coligadas	57.977	61.338	Tributos Diferidos	4.935	6.011				
Outros investimentos	11.820	10.143	Outras Obrigações	158	176				
Propriedades para Investimento	5.701	5.701	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>165.713</b>	<b>180.505</b>				
<b>Imobilizado/Intangível</b>	<b>10</b>	<b>6.482</b>	Capital Social	293.956	293.956				
Bens Tangíveis	4.625	4.109	Ajuste de conversão moeda estrangeira	(261)	(1.954)				
Bens Intangíveis	4.976	210	Prejuízos acumulados	(114.363)	(111.737)				
(-) Depreciação/Amortização Acumulada	(3.119)	(2.601)	Lucro/Prejuízo do exercício	(13.619)	240				
<b>Total do Ativo</b>	<b>326.414</b>	<b>359.994</b>	<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>326.414</b>	<b>359.994</b>				

#### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

**1. Contexto Operacional.** A PLANOVA Planejamento e Construções S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado. Foi fundada em 1975, sendo hoje uma empresa que atua no sistema SGI – Sistema de Gestão Integrada nas áreas de construção civil, montagens industriais e um player no setor de EPC – Engineering Procurement and Construction nos segmentos de petróleo e gás, petroquímica, geração e transmissão de energia, produção de açúcar e álcool, processamento e reciclagem de lixo. Tem por principais objetivos operacionais as atividades de Construção Civil em geral, além da participação no capital de outras empresas. **2. Resumo das Principais Políticas Contábeis.** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 26 de abril de 2019. **2.1. Base de preparação.** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas na Nota 3. **(a) Demonstrações contábeis.** As demonstrações financeiras contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No caso da Companhia as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo. **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação.** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.2. Apuração do resultado.** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **(a) Prestação de serviços de empreitada.** A receita de um contrato para prestação de serviços de empreitada é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão dos contratos é assim determinado: As receitas de prestação de serviços decorrentes dos serviços de empreitada são reconhecidas por ocasião da medição do progresso físico das obras, independentemente de seu recebimento. As medições são realizadas por engenheiros devidamente habilitados. **(b) Acordos de controle em conjunto.** De acordo com o CPC 19 (R2) (IFRS 11), os acordos de controle em conjunto são divididos em dois tipos, a saber: **Operação conjunta:** é uma operação na qual as partes controladoras em conjunto, conhecidas como operadores em conjunto, têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos, relacionados a esse acordo. **Joint Venture:** é aquela por meio da qual as partes controladoras em conjunto, conhecidas como joint ventures, têm direitos sobre os ativos líquidos (ou seja, patrimônio líquido). **(c) Receita financeira.** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros. **(d) Imposto sobre vendas.** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: **quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.** O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo e alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros. (a) Classificação e mensuração.** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mensurados ao valor justo através do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(b) Empréstimos e recebíveis.** Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante e não circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrerem. **2.5. Contas a receber.** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas, quando for o caso, da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais da contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.6. Outros ativos circulante e realizável a longo prazo.** São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **2.7. Investi-**

**mentos.** Consistem em investimentos em controladas e coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial avaliados pelo custo de aquisição. Os movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento. Ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e sua controladas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. **2.8. Imobilizado.** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos financeiros relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quanto for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado. **2.9. Contas a pagar aos fornecedores.** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.10. Distribuição de dividendos.** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. **2.11. Outros passivos circulante e não circulante.** Os demais passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **2.12. Imposto de renda e contribuição social.** O imposto de renda é calculado com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social são recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo apuradas através de balancetes de verificação, suspensão ou redução, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente. **2.13. Tributos diferidos.** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando aplicável. Os tributos e contribuições diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. **2.14. Provisões.** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos.** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registros e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. De acordo com a análise realizada sobre as operações da Companhia, a Administração concluiu sobre a não necessidade de constituição de provisão para ajuste a valor presente. **2.16. Instrumentos financeiros.** Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos.** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas.** Com base em premissas, a Companhia faz estimativa com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir: **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos.** A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão desses tributos. Em muitas operações, a determinação final dos tributos é incerta. A companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que os valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **3.2.1. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** A seguir apresentam-se as normas que serão efetivas a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2019: **IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil** - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determina-

	2018	2017
<b>Fluxo de Caixa - Método Indireto - (valores em milhares de R\$)</b>		
<b>1) Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>2.018</b>	<b>2.017</b>
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	(13.619)	240
<b>Ajuste de reconciliação do lucro do exercício para o caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		
Depreciação e Amortização	597	528
Variação Cambial Líquida		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.434)	371
Impostos de Renda e Contribuição Social diferidos	(6.887)	9.478
Provisão para Contingência	(25)	1.187
provisão juros s/ empréstimos	(1.330)	(3.433)
Receitas acervos técnicos	(4.766)	-
Provisão perda de investimentos	337	-
<b>Total</b>	<b>(29.127)</b>	<b>8.371</b>
<b>Variação de Ativos e Passivos</b>		
Clientes	52.297	(23.656)
Impostos e contribuições a recuperar	1.480	(2.276)
Outros créditos	(7.212)	(30.820)
Despesas Antecipadas	152	(1.102)
Depósitos judiciais	(111)	4
Fornecedores	(7.329)	8.380
Obrigações Sociais e trabalhistas	(1.637)	3.418
Obrigações e Tributárias	(13.951)	10.691
Outras Obrigações	(32.525)	47.760
Parcelamentos tributários	10.555	49.248
<b>Caixa Originado nas Atividades Operacionais</b>	<b>1.719</b>	<b>61.647</b>
<b>Disponibilidades Líquidas Geradas pelas Atividades Operacionais</b>	<b>(27.408)</b>	<b>70.018</b>
<b>2) Atividades de Investimento</b>		
Aquisição de Participações	(872)	(5.544)
Aquisição de Ativo Imobilizado	(593)	(847)
Bens Intangíveis	(0)	(10)
Venda de imobilizado/investimentos	77	230
Baixa investimentos	-	6.457
<b>Caixa Aplicado nas Atividades de Atividades de Investimento</b>	<b>(1.388)</b>	<b>286</b>
<b>3) Atividades de Financiamento</b>		
Captação líquida de financiamentos	3.145	(11.576)
Partes relacionadas	20.791	(44.744)
<b>Caixa Aplicado nas Atividades de Financiamento</b>	<b>23.936</b>	<b>(56.320)</b>
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa (4.860)</b>	<b>13.984</b>	<b>13.984</b>
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa (4.860)</b>	<b>13.984</b>	<b>13.984</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período</b>	<b>17.276</b>	<b>3.292</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período</b>	<b>12.416</b>	<b>17.276</b>

#### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Período

Fimdo em 31/12/2018 - (valores em milhares R\$)

	Capital	Ajuste avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
<b>Histórico</b>				
<b>Saldo em 31/12/16</b>	<b>293.956</b>	<b>(2.101)</b>	<b>(111.738)</b>	<b>180.117</b>
Outros Resultados				
Abrangentes - variação cambial de investimentos no exterior	-	148	-	148
Lucro do Exercício	-	-	240	240
<b>Saldo em 31/12/17</b>	<b>293.956</b>	<b>(1.953)</b>	<b>(111.498)</b>	<b>180.505</b>
Outros Resultados				
Abrangentes - variação cambial de investimentos no exterior	-	1.693	-	1.693
Lucros distribuídos SCP	-	-	(2.866)	(2.866)
Prejuízo do Exercício	-	-	(13.619)	(13.619)
<b>Saldo em 31/12/18</b>	<b>293.956</b>	<b>(260)</b>	<b>(127.983)</b>	<b>165.713</b>

#### Demonstração do Resultado Abrangente para o Período

Fimdo em 31/12/2018 - (valores em milhares R\$)

	2018	2017	2016	2015
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>(13.619)</b>	<b>240</b>	<b>9.182</b>	<b>(5.148)</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>				
Variação cambial de investimentos no exterior	1.693	148	(2.101)	-
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>(11.926)</b>	<b>388</b>	<b>7.081</b>	<b>(5.148)</b>

dos contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. **IFRIC 23/ ICP 22** Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro; **Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9);** **Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 (R2)/IAS 28);** **Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33/ IAS 19);** **Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas;** **Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;** **IFRS 17** Contratos de Seguros. Considerando as atuais operações da Companhia e de sua controlada, a Administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir

**7. Transações com consórcios.**

As operações com consórcios formados com participação da Companhia são registradas em "Conta Corrente Consórcios" à medida que são efetuadas remessas de numerário e que ocorrem os recebimentos. Além disso, mensalmente, as contas de resultado são refletidas pela Companhia, na proporção de sua participação, em suas correspondentes contas de resultado, com contrapartida em seu ativo ou passivo. Ao final do contrato objeto do consórcio, é efetuada a apuração de seu resultado e o consequente encerramento das contas. A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2018 e 2017 participações em consórcios, com a finalidade exclusiva de aumentar a capacidade produtiva e operacional no desenvolvimento de projetos de interesse recíproco aos participantes:

Os saldos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 das operações realizadas por estes consórcios e registradas nas contas patrimoniais das controladas e controladas em conjunto são conforme demonstrado:

Descrição	Consórcios Ativos							Total 2018	Total 2017
	Planova_Via Pabreu	Construcup_planova	Rual/Arc	Rual	Via Planova I	CDG	Via Planova II		
<b>Ativo</b>									
<b>Circulante</b>									
Disponibilidades imediatas	21	1.078	-	-	1.786	5.777	370	9.032	11.533
Contas a receber de clientes	-	-	2.404	-	-	-	1.380	3.784	18.204
Transações com consorciadas	19	24.892	224	2.522	12.506	-	454	39.709	249
Outras contas ativas	2	73	3	178	1.027	892	111	2.286	2.506
<b>Total Circulante</b>	<b>42</b>	<b>26.043</b>	<b>2.631</b>	<b>2.700</b>	<b>15.319</b>	<b>6.669</b>	<b>1.407</b>	<b>54.811</b>	<b>32.492</b>
<b>Não Circulante</b>									
Outras contas ativas	6	44	-	-	-	-	4	54	-
Imobilizado (Líquido)	5	6	-	9	-	47	-	67	85
<b>Total Não Circulante</b>	<b>11</b>	<b>50</b>	-	<b>9</b>	-	<b>47</b>	<b>4</b>	<b>121</b>	<b>85</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>53</b>	<b>26.093</b>	<b>2.631</b>	<b>2.709</b>	<b>15.319</b>	<b>6.716</b>	<b>1.411</b>	<b>54.932</b>	<b>32.577</b>
<b>Passivo</b>									
<b>Circulante</b>									
Fornecedores	-	329	18	45	385	716	348	1.841	8.880
Emprestimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações e encargos trabalhistas	-	113	2	5	167	-	173	460	1.747
Impostos e contribuições	-	82	-	-	4	-	215	301	2.294
Transações com consorciadas	26	24.641	2.572	2.286	14.576	5.396	469	49.966	17.786
Outras obrigações	27	928	39	373	187	604	206	2.364	1.870
<b>Total Circulante</b>	<b>53</b>	<b>26.093</b>	<b>2.631</b>	<b>2.709</b>	<b>15.319</b>	<b>6.716</b>	<b>1.411</b>	<b>54.932</b>	<b>32.577</b>
<b>Não Circulante</b>									
Impostos e Contribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>53</b>	<b>26.093</b>	<b>2.631</b>	<b>2.709</b>	<b>15.319</b>	<b>6.716</b>	<b>1.411</b>	<b>54.932</b>	<b>32.577</b>

**8 Partes Relacionadas**

Companhias	31 de dezembro de 2018			
	Ativo		Passivo	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Companhias</b>				
PPX Participações	42.291	48.764	-	1.128
Outros	2	-	-	21.905
<b>Total</b>	<b>42.293</b>	<b>48.764</b>	<b>-</b>	<b>23.033</b>
	31 de dezembro de 2017			
	Ativo		Passivo	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Companhias</b>				
CONVIC	2	-	-	-
PPX Participações	57.275	22.919	-	1.128
<b>Total</b>	<b>57.277</b>	<b>22.919</b>	<b>-</b>	<b>1.128</b>

**9. Investimentos/AFAC**

A seguir, são apresentados os detalhes das principais controladas diretas da Sociedade no encerramento do período.

Sociedade Investida	Lucro líquido (Prejuízo)		Patrimônio Líquido	Capital social	Participações	Investimentos	Equivalência Patrimonial (Ano)
	do período	do período					
Convic							
Engenharia Ltda	(261)	51.828	6.461	98,14%	50.191	(293)	
Onlypar	3.743	5.267	1.976	99,99%	5.266	3.743	
Outros	(1.817)	(3.370)	48	-	14.340	(353)	
Propriedade para investimentos					5.701	-	
					75.498	3.097	
AFAC					2.400	-	
<b>Total</b>					<b>77.898</b>	<b>-</b>	

**10. Imobilizado/Intangível.**

Adquiridos e implantados	Taxa de depreciação %	Custo	Depreciação	2018	2017
				Valor Líquido	Valor Líquido
Equipamentos de Informática	20%	453	283	170	148
Ferramentas	20%	348	121	227	89
Máquinas e Equipamentos	10%	681	165	516	245
Moveis e Utensílios	10%	573	379	194	240
Veículos	20%	2.469	1.993	476	837
Em andamento		101	-	101	101
Software	20%	210	178	32	58
Atestados Capacitação Técnica		4.766	-	4.766	-
<b>Total</b>		<b>9.601</b>	<b>3.119</b>	<b>6.482</b>	<b>1.718</b>

**10.1. Redução ao valor recuperável dos ativos – Teste de Impairment.**

A Companhia efetua análises sobre a existência de evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment* ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada no resultado do período. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Na avaliação da Administração, inexistem indicadores de "impairment", sejam eles externos ou internos relacionados a fatos negativos que poderiam influenciar de forma relevante o desempenho dos ativos da Empresa. **10.2. Revisão da vida útil estimada.** Conforme Pronunciamento Técnico CPC 27, a Companhia revisou os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada dos ativos e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização, não identificando variações significativas no método/estimativa que já vinha sendo utilizada. Dessa forma, não houve ajustes na demonstração do resultado e no patrimônio líquido.

**11 Fornecedores.** Uma parte dos serviços contratados é efetuada por empresas que prestam ou subcontratam serviços de outras empresas. Os valores dos serviços contratados são elaborados de forma global a valores de mercado. As transações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e os saldos correspondentes naquelas datas estão representados por:

	2018	2017
Materiais	7.086	16.462
Serviços	5.294	3.249
<b>Total</b>	<b>12.380</b>	<b>19.711</b>

Consórcio	Participação	
	(%)	Condição
Consorcio Planova-Via	60%	Líder
Consorcio Construcup_Planova	49%	Participante
Consorcio Planova_Rural_Arc	69%	Líder
Consorcio Planova Rual	50%	Líder
Consorcio Via Planova	63%	Participante
Consorcio Via Planova II	50%	Participante
Consorcio CDG Planova	50%	Participante
Consorcio Operador alto Parapanema - Conspar	18,56%	Participante
Consórcio Constutor do Oeste Paulista-Constroeste	18,56%	Participante
Consorcio Engenharia do Oeste Paulista CEOP	18,56%	Participante
Consorcio Construtor Botucatu - CCBO	18,56%	Participante
Consorcio FURP	21,25%	Participante
Consorcio Canavial	29,87%	Participante
Consorcio Implantar	29,87%	Participante

Os saldos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 das operações realizadas por estes consórcios e registradas nas contas patrimoniais das controladas e controladas em conjunto são conforme demonstrado:

Descrição	Consórcios Ativos							Total 2018	Total 2017
	Planova_Via Pabreu	Construcup_planova	Rual/Arc	Rual	Via Planova I	CDG	Via Planova II		
<b>Ativo</b>									
<b>Circulante</b>									
Disponibilidades imediatas	21	1.078	-	-	1.786	5.777	370	9.032	11.533
Contas a receber de clientes	-	-	2.404	-	-	-	1.380	3.784	18.204
Transações com consorciadas	19	24.892	224	2.522	12.506	-	454	39.709	249
Outras contas ativas	2	73	3	178	1.027	892	111	2.286	2.506
<b>Total Circulante</b>	<b>42</b>	<b>26.043</b>	<b>2.631</b>	<b>2.700</b>	<b>15.319</b>	<b>6.669</b>	<b>1.407</b>	<b>54.811</b>	<b>32.492</b>
<b>Não Circulante</b>									
Outras contas ativas	6	44	-	-	-	-	4	54	-
Imobilizado (Líquido)	5	6	-	9	-	47	-	67	85
<b>Total Não Circulante</b>	<b>11</b>	<b>50</b>	-	<b>9</b>	-	<b>47</b>	<b>4</b>	<b>121</b>	<b>85</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>53</b>	<b>26.093</b>	<b>2.631</b>	<b>2.709</b>	<b>15.319</b>	<b>6.716</b>	<b>1.411</b>	<b>54.932</b>	<b>32.577</b>
<b>Passivo</b>									
<b>Circulante</b>									
Fornecedores	-	329	18	45	385	716	348	1.841	8.880
Emprestimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações e encargos trabalhistas	-	113	2	5	167	-	173	460	1.747
Impostos e contribuições	-	82	-	-	4	-	215	301	2.294
Transações com consorciadas	26	24.641	2.572	2.286	14.576	5.396	469	49.966	17.786
Outras obrigações	27	928	39	373	187	604	206	2.364	1.870
<b>Total Circulante</b>	<b>53</b>	<b>26.093</b>	<b>2.631</b>	<b>2.709</b>	<b>15.319</b>	<b>6.716</b>	<b>1.411</b>	<b>54.932</b>	<b>32.577</b>
<b>Não Circulante</b>									
Impostos e Contribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>53</b>	<b>26.093</b>	<b>2.631</b>	<b>2.709</b>	<b>15.319</b>	<b>6.716</b>	<b>1.411</b>	<b>54.932</b>	<b>32.577</b>

**12. Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Taxas de juros		
	2018	2017	
Capital de Giro	(a) Pós/Pré Fixado	14.441	22.495
Conta Garantida	(b) Pós Fixado	11.419	-
Terceiros e Leasing			
Financeiro	1,36% a.m. a 1,40% a.m	646	266
		26.506	22.761
Circulante		19.113	9.829
Não circulante		7.393	12.932

(a) A Companhia possui contratos de empréstimos com taxa Pós-fixada CDI + Juros que variam de 0,3% a 0,8% am.

**13. Parcelamentos Tributários**

	2018	2017
<b>Circulante</b>		
PERT - Programa Especial Demais Debitos	4.853	4.516
PERT - Programa Especial Demais Previdenciários	555	555
Pis e Cofins	198	198
IRPJ e CSL	2.778	-
Outros	277	277
Liquidação Parcelamento com prejuízos fiscais Lei 13.043/14	(475)	(475)
<b>Total</b>	<b>8.186</b>	<b>5.071</b>

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Administradores e Acionistas Planova Planejamento e Construções S.A. **Barueri - SP, Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Planova Planejamento e Construções S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Planova Planejamento e Construções S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Clientes no ativo não circulante.** Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a Companhia possui créditos/valores a receber não circulante, relacionadas a contratos de obras junto a órgãos/empresas públicas e privadas, no montante de R\$ 25.444 mil. Deste montante, R\$ 24.662 mil são oriundo de pleitos e/ou ações judiciais. A administração da Companhia, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, considera que tais valores são líquidos, certos e conservadores, quanto às ações judiciais em curso e também com relação à expectativa de recebimento. **Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor.** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assun-

	2018	2017
IRPJ e CSL	8.566	-
PERT - Programa Especial Demais Debitos	48.926	50.052
<b>Total</b>	<b>57.492</b>	<b>50.052</b>

**14. Contingências.** A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível (incluindo ambiental), tributária e trabalhista. A Companhia constituiu provisões para processos legais a valores considerados pelos assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis, nas datas das demonstrações contábeis:

	2018	2017
Provisões Prováveis Trabalhistas	1714	1752
Provisões Prováveis Judiciais	35	35
<b>Total</b>	<b>1.749</b>	<b>1.787</b>

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. As naturezas das obrigações podem ser sumariadas como segue: • Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. • Ações cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações de contratados relativas a perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos econômicos.

**15. Patrimônio Líquido. 15.1. Capital e Reservas.** O capital social integralizado é representado por R\$ 293.956.111,00 (Duzentos e noventa e três milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, cento e onze reais) representado por 47.654.723 (quarenta e sete milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e vinte e três) ações ordinárias nominativas. As ações ordinárias da Companhia dão o direito a voto, sendo que, cada uma representa um voto na assembléia geral.

**16. Conciliação entre a Receita Bruta e a Receita Líquida.**

	2018	2017
<b>Receitas de Serviços</b>		
Receitas de serviços	326.549	394.256
Receitas de consórcios	72.262	102.766
Outras receitas	14.978	13.074
Total das receitas		